

JORNAL A VOZ DO MOTOBÓY

SindimotoSP reúne-se com Alexandre de Moraes – secretário de Segurança Pública Estado de SP - para solicitar mais segurança para o motociclista profissional



Participaram da reunião no prédio da Secretaria de Segurança Pública de SP (da esquerda para à direita): Rodrigo Silva – diretor Relações Institucionais SindimotoSP, Gilberto Almeida dos Santos (Gil) – presidente SindimotoSP, Alexandre de Moraes – secretário de Segurança Pública Estado de SP, coronel PM Claudir Roberto Teixeira de Miranda – Comando Policiamento de Trânsito Estado de SP e Gerson Silva – vice presidente SindimotoSP.

O companheiro Gil esteve com o secretário para reivindicar políticas públicas para o profissional do motofrete em todo estado de São Paulo. Estatísticas indicam aumento de roubo / furtos de motos, bem como violência física contra o trabalhador. Além dessa questão, foi solicitado que Alexandre de Moraes intermedie junto a outras secretarias estaduais, benefícios para o setor profissional de duas rodas que na capital concentra 220 mil motociclistas e mais de 500 mil no Estado. A cobrança do presidente Gil junto ao governo estadual e para que se ofereça melhores condições de trabalho para o exercício da profissão

Página 4

O que o SindimotoSP reivindica como política pública para motociclistas profissionais

Página 4

Ações reais no setor de motofrete da capital também foram reivindicadas pelo presidente Gil



Página 4

Melhoria do motofrete também entra em pauta na reunião do SindimotoSP com José Feijóo, secretário Especial do Trabalho, em Brasília. Objetivo é melhora na segurança e exercício da profissão.



Página 4

Entenda a diferença de Suspensão e Cassação da CNH

Página 2

Mudança de atitudes no trânsito pode reduzir acidentes

Página 2

Acidente de trabalho: de quem é a culpa?

Página 6

Projeto de lei na Câmara dos Vereadores pode autorizar motos em faixas de ônibus na Capital

Página 2

Projeto de lei na Câmara dos Vereadores pode autorizar motos em faixas de ônibus na Capital



PROJETO DE LEI 01-00193/2015 do Vereador Reis (PT)

*Autoriza a utilização de faixas de ônibus pelos motociclistas fora dos horários de pico e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a utilização das faixas exclusivas e corredores de ônibus por motociclistas no território do Município de São Paulo no horário entre as 10 horas e às 17 horas.

Art. 2º - A regulamentação desta lei ficará a cargo do Poder Executivo Municipal no prazo de 90 dias a partir da sua promulgação.

Art. 3º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, às Comissões competentes.*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 08/05/2015, p. 72

Para informações sobre este projeto, visite o site www.camara.sp.gov.br.



JUSTIFICATIVA - PL 0193/2015

A frota de motocicletas na cidade de São Paulo cresce de forma exponencial.

No ano de 2014, 45 mil motocicletas foram emplacadas no município, o que corresponde a um número de 123 novas motos nas ruas paulistanas por dia. Os motociclistas sofrem com a falta de segurança no trânsito e o número de acidentes fatais em que eles estão envolvidos é alarmante - média de mais de uma morte por dia na cidade.

É demanda constante dos motociclistas paulistanos mais espaço para o seu deslocamento nas faixas de rolamento, uma vez que, em geral, estes têm de se aventurar perigosamente por entre os automóveis. Uma alternativa viável seria a utilização das faixas exclusivas e corredores de ônibus.

Há exemplos de outras cidades do mundo que liberaram o uso das faixas exclusivas de transporte coletivo para as motos e tiveram sucesso, com redução dos índices de congestionamento e do número de acidentes. Há exemplos bem sucedidos em Portugal, na Escócia, na França, na Alemanha e na Inglaterra. O caso de maior visibilidade é o de Londres, onde estudos apontam uma redução de 40% no número de acidentes envolvendo motocicletas durante os primeiros 18 meses após a permissão aos motociclistas para circular pela faixa "BUS", onde somente o transporte público e bicicletas eram permitidos antes.

Além disso, vale dizer que a presente proposição libera o uso das faixas exclusivas apenas entre os horários de pico para que a fluidez do transporte coletivo - que deve ser priorizado - não sofra interferência significativa. Deve-se ter em vista, todavia, que a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) seguramente se empenhará em implementar a medida com os devidos cuidados e com um período para adaptação.

Diante do exposto, peça atenção dos Nobres pares para a aprovação deste importante projeto.

Publicado no Diário Oficial da Cidade em 08/05/2015, p. 72

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.

Texto explicativo sobre a lei e justificativa já estão prontos e fazem parte do PL 193/15.

O SindimotoSP entende que o projeto é favorável ao motociclista oferecendo mais segurança e agilidade para o condutor da motocicleta, inclusive porque o horário liberado tem menos ônibus no corredor e é exatamente o tempo em que o motociclista profissional mais usa para fazer entregas.

A "Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa" da Câmara Municipal de São Paulo pode aprovar o Projeto de Lei - PL 193/15 para autorizar a circulação de motocicletas nas faixas para ônibus fora dos horários de pico, que seria entre às 10 horas e às 17 horas, parte da noite, e após às 20 horas. O PL é do vereador Paulo Batista dos Reis.

A apreciação deve ser nominal, ou seja, quando vários projetos devem ser lidos de uma só vez. Se algum vereador discordar, deve se manifestar, caso contrário, o PL segue em frente para ajustes e envio ao prefeito Fernando Haddad para sanção ou veto.

O SindimotoSP começou campanha na internet solicitando a todo motociclista entrar no site da Câmara Municipal (www.camara.sp.gov.br/fale-conosco/ouvidoria/) e opinar sobre o assunto.

O acesso liberado para motocicletas nas faixas de ônibus agilizará as entregas e ainda ofereceria aos motociclistas mais segurança, já que não haveria disputa por espaço naquele local.

Mudança de atitudes no trânsito pode reduzir acidentes

A diminuição do número de acidentes no trânsito depende, principalmente, da mudança do comportamento das pessoas, além de investimentos em novas tecnologias para aumentar a segurança dos veículos e, ainda, aumento das fiscalizações.

A Declaração de Brasília, resultado de estudo complexo e que visa a diminuição dos acidentes de trânsito e colabora com a Campanha Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020,

da ONU, é o primeiro compromisso internacional do Brasil que visa ações a serem realizadas em todo País. Entre elas, a adoção, implementação e cumprimento de políticas e medidas voltadas a proteger e promover, de forma ativa, a segurança de todos que fazem parte do trânsito, como os motociclistas.

No que diz respeito aos motociclistas, que figuram entre as vítimas mais vulneráveis do trânsito em todo o mundo, o documento registra

entre suas recomendações a de desenvolver e implementar legislação e políticas abrangentes sobre o uso de motocicletas - incluindo educação e formação, licenciamento do condutor, registro do veículo, condições de trabalho, uso de capacetes e de equipamentos de proteção individual. Os motociclistas, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) fazem parte das 1,25 milhão de vítimas fatais do trânsito no mundo.

Entenda a diferença de Suspensão e Cassação da CNH

A suspensão do direito de dirigir é aplicada sempre que o condutor atingir 20 pontos em infrações de trânsito. A duração da penalidade será pelo prazo mínimo de um mês até o máximo de um ano e, no caso de reincidência no período de doze meses, pelo prazo mínimo de seis meses até o máximo de dois anos. O Código de Trânsito Brasileiro prevê, também, a aplicação da penalidade de suspensão do direito de

dirigir para determinadas infrações, ainda que o condutor não atinja os 20 pontos em infrações de trânsito.

Já a cassação do documento de habilitação acontece quando, suspenso o direito de dirigir, o infrator conduzir qualquer veículo, no caso de reincidência no prazo de doze meses de infrações como dirigir com CNH diferente da categoria habilitada, dirigir sob influência de álcool, disputar rachas etc.

que tenha recebido a penalidade de suspensão do direito de dirigir ou de cassação da CNH.

A "Interposição de Recurso" (defesa) deve ser apresentada à Autoridade de Trânsito no prazo estabelecido na Notificação da Imposição da Penalidade e será submetida à Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, para julgamento.

O SindimotoSP oferece Departamento de Recurso de Multas para ajudar motociclistas profissionais que estejam com problemas nesse sentido. O atendimento é de segunda, quinta e sexta das 13 às 17 hs na Rua Dr Eurico Rangel, 40 - Brooklin Novo.

Expediente

A Voz do Motoboy

Jornalista responsável: Pedro Pimenta

Diagramação: Rodrigo Martins

Colaboradores: Febramoto / Abramoto

DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP

Associação dos Motofretistas

Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 40

2º andar - Sala 3

Brooklin Novo / Cep: 04602-060

Telefone: 5049-0442

Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br

email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

Apresentação de Recurso / Defesa

O Código de Trânsito Brasileiro, em seu artigo 265, estabelece o direito de defesa ao condutor

Editorial

Vivemos uma das piores crises institucionais do Brasil que reflete em todas as áreas e "cantos" do País. Há tempos o desemprego não tinha índices tão alto, a inflação não era tão galopante e a credibilidade dos políticos tão baixa. Percebemos, porém, que a população está cada vez mais cansada de jogos, mentiras, corrupção e tem feito seu papel: reivindicar seus direitos. É preciso mais que panelaços, manifestações e coisas do tipo. É preciso conscientização! Vejam que teremos, em breve, eleições. Essa sim, é ação democrática que pode mudar tudo, começando em sua cidade elegendo vereadores e prefeito que realmente tem compromisso com o povo. **Acorda Brasil!**

Anota aí. Quem trabalha com a moto tem que ter placa vermelha.

SOU PROFISSIONAL. ANDO NA LEI.

Saiba passo a passo
como se regularizar
www.detran.sp.gov.br



Crédito especial

para comprar motocicletas, itens
de segurança e equipamentos
de proteção pessoal.

0,35% ao mês em até 24 vezes

www.bancodopovo.sp.gov.br



Secretaria de Planejamento
e Gestão

Gil, presidente do SindimotoSP, quer mais segurança para motociclista profissional nas ruas de São Paulo

Empenhado em melhorar as condições de trabalho do motofretista, mototaxista e ciclista do Estado de São Paulo, Gilberto Almeida dos Santos, o Gil, esteve com Alexandre de Moraes – secretário de Segurança Pública Estado de SP, reivindicando políticas públicas para o exercício da profissão. Na ocasião, para o conhecimento do secretário, foi explicado as demandas de representação da categoria na questão política e da representatividade dos motociclistas de São Paulo.



Os assuntos discutidos na reunião, trarão mais segurança para os trabalhadores, qualificação do setor, poderá gerar mais emprego, contribuiria para diminuição de acidentes envolvendo motociclistas e melhoraria a qualidade de vida do motociclista profissional, entre outros aspectos.

No sentido de produzir uma agenda positiva, foram discutidas pautas que podem mudar aspectos da profissão, trazer segurança entre outros (veja temas abaixo).

A reunião se fez necessário para sensibilizar o poder público estadual das necessidades do setor,

bem como poderia haver incentivo a regulamentação com a possibilidade do curso de 30 Horas via online. Também falou-se do alto custo da profissão com pagamento de impostos como o IPVA, no licenciamento, e valor elevado da moto com impostos como o Iss e outros. . O SindimotoSP quer a isenção desses impostos e vem batalhando insistentemente para que não mais sejam cobrados, como já acontece com os taxistas.

O secretário Alexandre de Moraes verá as possibilidades de atender as reivindicações ou sugerir alternativas e marcará para breve nova reunião.

O que o SindimotoSP reivindica como política pública para motociclistas profissionais

AÇÕES ESPECÍFICAS PARA DIMINUIR ROUBO DE MOTOS

Na maioria das vezes, o motociclista tem a ferramenta de trabalho roubada, fica sem o emprego e ainda por cima, muitas vezes, com a dívida da moto financiada.



"Precisamos de uma polícia específica para combater esse tipo de roubo. Trabalhamos dentro da lei, pagamos impostos, DPVAT caro, vem o ladrão e leva o único bem que temos que, muita vezes, é financiado, e assim ficamos com o prejuízo e pagando pela moto as vezes 2 ou 3 anos, o que dificulta a nossa vida."

Flavio Benfca Ximenes

LINHA DE FINANCIAMENTO

Via Governo do Estado de São Paulo para que os motociclistas profissionais tenham motocicletas mais modernas. Isso diminuiria acidentes de trânsito e colaboraria com o meio-ambiente reduzindo a poluição devido a injeção eletrônica.



"Precisamos de uma linha específica de financiamento para aquisição de novas motocicletas com juros menores. Já temos despesas demais com óleo, gasolina, pneu etc e precisamos ter um equipamento melhor com pagamento menor e assim, sobrar mais dinheiro para usarmos em casa, com cursos, equipamentos de segurança, por exemplo."

Anderson Barreto

VETO DEFINITIVO DA LEI DO GARUPA

Inconstitucional, essa lei fere o direito de ir e vir do motociclista e traz grandes prejuízos ao trabalhador que transporta parentes na motocicleta para o trabalho, escolas etc. Para coibir assaltos com motos é preciso de mais fiscalização, equipes da PM treinadas especificamente para esse fim.



"Estive em todas as manifestações que o SindimotoSP realizou contra esse projeto de lei absurdo. Os políticos deveriam conversar com a categoria primeiro antes de tentarem aprovar algo que dificulta nossa vida e não muda nada para o ladrão."

Roberto José Luiz da Silva

ISENÇÃO DE IPVA

Para os motofretistas regulamentados. Isso incentivará o profissional a se regularizar e a categoria ser padronizada, o que seria fator fundamental para abordagens da própria polícia em operações de fiscalização em motos, identificando visualmente o trabalhador na hora.



"Se o governo estadual liberasse para nós a isenção de alguns impostos, os motociclistas poderiam ter motos mais modernas que oferecem segurança como freio a disco entre outras tecnologias, além de contribuir para diminuição de emissão de gás carbônico, já que as motos novas tem injeção eletrônica, o que diminuiria a poluição."

Rogério S. Pinto

CURSO 30 HORAS DO CONTRAN VIA EAD

É preciso de mudanças nas Resoluções do Contran que permitiriam ministração do Curso Obrigatório de 30 horas pela internet, já que o motociclista profissional não dispõe de tempo no horário que os cursos estão sendo oferecidos.



"Tempo é tudo que não temos, queremos nos profissionalizar, mas os horários dos cursos não permitem que façamos, senão, quem paga as contas em casa? Seria bom para os motociclistas profissionais contar com o curso liberado na internet para facilitar a nossa vida."

Gustavo da Silva Narciso

Mais ação, menos falatório para o setor de motofrete da capital também foi reivindicado pelo presidente Gil

Na última manifestação, o sindicato reuniu 10 mil motociclistas contra des-caso da prefeitura de SP em relação a quem anda de moto e entregou ofício com as seguintes reivindicações:

- normatização de faixas de segurança
- sinalização de solo dos corredores
- construção de bolsões de estacionamento
- fiscalização nas empresas clandestinas
- regulamentação das empresas de aplicativos
- campanhas educativas específicas para motociclistas
- fim do estreitamento de faixas do trânsito
- incentivo a regulamentação



Serviços do motofrete otimizados também entram em pauta na reunião do SindimotoSP com José Feijóo, secretário Especial do Trabalho, em Brasília. Objetivo é melhora na segurança e exercício da profissão. As seguintes reivindicações foram feitas:

- Derrubada das liminares que impedem motociclista receber periculosidade.
- Linha de financiamento federal especial para compra de moto zero.
- Qualificação de profissionais motofretistas com cursos gratuitos.
- Incentivos para regulamentação nos municípios brasileiros.
- Implantação de programa de Proteção ao Motociclista – PPM.
- Regulamentação das empresas de aplicativos no setor de motofrete.
- Carta Sindical para sindicatos de mototáxi.





UM MOSQUITO NÃO É MAIS FORTE QUE UM PAÍS INTEIRO.

O mosquito Aedes agora também transmite zika.
Cuide da sua casa, mobilize a família, seus vizinhos e a sua comunidade.

COMBATA O MOSQUITO PERIODICAMENTE:



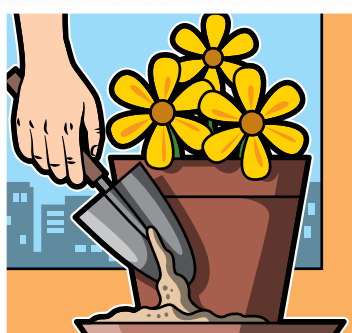
Tampe os tonéis e caixas-d'água.



Mantenha as calhas sempre limpas.



Deixe garrafas sempre viradas.



Coloque areia nos vasos de plantas.



Retire sempre água dos pneus.



Mantenha a lixeira bem fechada.

Seguradora Líder-DPVAT lança portal unificado com informações institucionais e do Seguro DPVAT

Novo site privilegia pessoas portadoras de deficiência, com ferramentas como leitor de libras e textos, conta com chat para atendimento em tempo real e se adapta a qualquer dispositivo: desktop, laptop, tablet ou smartphone.

A Seguradora Líder-DPVAT acaba de lançar seu novo portal institucional na internet. Com as informações da Seguradora e do Seguro DPVAT agora reunidas num único portal, o novo projeto prioriza a modernidade, a acessibilidade e a facilidade de acesso às informações. Pensado também para facilitar a vida dos portadores de deficiências visuais, auditivas e físicas, o novo website contempla recursos de navegação e ferramentas audiovisuais, como, por exemplo, o tradutor de libras e o leitor de textos, que permitem que qualquer pessoa tenha acesso ao conteúdo do site, de forma mais simples e agradável.

O novo portal foi desenvolvido com layout responsivo para ser acessado em diversos dispositivos sem perder recursos de layout e navegação. Ou seja, não importa qual o dispositivo que o usuário utilize, o conteúdo permanece organizado de acordo com o tamanho do navegador. Dessa nova forma, as imagens e o texto aumentam ou diminuem proporcionalmente. O novo portal foi desenvolvido em plataforma para facilitar e agilizar a gestão de conteúdo e aplicações e, com isso, proporcionar ao internauta uma experiência de navegação mais simples e agradável.

Uma nova área destaca informações e serviços do Seguro DPVAT. Lá, o usuário pode consultar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT; checar a documentação necessária para a indenização do seguro; consultar os pontos de atendimento

mais próximos; acompanhar os processos de indenização, entre outros serviços e facilidades. Todos os canais de contato buscam facilitar a comunicação da Seguradora com usuário, que pode falar em tempo real com a equipe de atendimento e também fazer denúncias de fraudes.

Existem ainda áreas e canais exclusivos para os diversos públicos que se relacionam com a Seguradora Líder-DPVAT, como a Sala de Imprensa; o canal do Corretor; o canal das Seguradoras Consorciadas; o canal dos DETRANs e o canal do Prestador Médico. Com essa estratégia de relacionamento, a Seguradora Líder-DPVAT busca estabelecer uma relação mais próxima entre a empresa, parceiros, imprensa, beneficiários e sociedade.

Seja bem-vindo o novo portal da Seguradora Líder-DPVAT: www.seguradoralider.com.br

Acidente de trabalho: de quem é a culpa?

Acidente do trabalho é aquele que ocorre no exercício de atividade a serviço da empresa e provoca lesão corporal ou perturbação funcional, que pode causar a morte, a perda ou a redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho. Já o acidente típico, que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa é o mesmo que acidente de trajeto, que ocorre no percurso do local de residência para o de trabalho ou desse para aquele, considerando a distância e o tempo de deslocamento compatível com o percurso do referido trajeto.

O dever de indenizar surgiu da teoria do risco gerado, ou seja, se é o empregador quem cria o risco por meio de sua empresa, a ele cabe

pagar pelos danos causados, independente de dolo ou culpa.

Por outro lado, há entendimento de que se deveria aplicar, nestes casos, a teoria da responsabilidade subjetiva, ou seja, somente após comprovar que houve dolo ou culpa do empregador, é que teria a responsabilidade pelo acidente e o dever de indenizar.

Assim, o acidente do trabalho, por si só, é insuficiente para gerar a obrigação indenizatória por parte do empregador, pois, somente se verificará a obrigação de ressarcir os danos quando na investigação da causa, ficar comprovado que este dano é consequência direta e imediata (nexo de causalidade) de uma atuação dolosa ou culposa do empregador.

O que diz a Constituição Federal

Artigo 7º, inciso XXVIII, é direito dos trabalhadores o seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Convenção Coletiva SindimotoSP

Empresa é obrigada a fazer seguro de vida gratuito para o motociclista profissional.

Legislação

Como se pode observar há uma norma constitucional direcionando para a responsabilidade subjetiva e uma norma infraconstitucional direcionando para a responsabilidade objetiva.

Entendimento jurisprudencial

Assim como em diversos outros aspectos trabalhistas, a questão fica para ser solucionada pelo entendimento jurisprudencial, onde os magistrados, diante de cada caso concreto, tomam as decisões mediante as provas apresentadas no processo.

Fragilizados no trânsito

Parece haver desinteresse em proteger os mais frágeis no trânsito. Não se vê atitudes continuadas das autoridades para preservar a vida impedindo o aparecimento de problemas econômico social que vão recair sobre as famílias e o próprio governo.

São mutilados e outros lesionados que chegam aos prontos socorros muitos sem possibilidade de recuperação que evoluem para óbito. Outros com incapacidades temporária ou definitiva passando a cadeirantes ou dependentes de cuidados de enfermagem permanente. É sofrimento para todos nós. Sair de uma UTI como profissional de saúde para informar a família à evolução desfavorável de um acidentado de trânsito e mais tarde informar sobre o óbito, é triste, muito triste para aqueles que pretendem preservar vidas. Pior, não havia uma doença em evolução, era um indivíduo que subitamente foi transformado na via pública num doente. E para isso, não é tomada nenhuma medida cautelar. São manchetes da mídia todos os dias. Ninguém tenta transformar o pedestre em um usuário da mobilidade segura. A proteção maior, de longa data, parece direcionada para os veículos médios e pesados. Após isso, faixas exclusivas foram intensificadas para proteção dos motociclistas, mas já foram interrompidas passando a ser prioridade construção de ciclo faixas para proteção dos ciclistas. E os pedestres, quando terão a atenção permanente dos municípios para uma mobilidade segura? Em nove

anos houve uma queda de 7,4%, o que significa 0,8% ao ano. Valores muito a baixo do que pretendemos na atualidade. Calçadas esburacadas, postes de iluminação e sinalização no caminho, árvores, degraus, obstáculos os mais variados impedem um transitar seguro para o nosso pedestre e nosso deficiente físico. Mas não é só isso, guia ou meio-fio com pequena altura permitindo com facilidade a subida de um veículo à calçada. Faz-se lei para garantir um estacionamento privativo para os deficientes, mas não se obriga ou fiscaliza um transitar seguro para um cadeirante. Locais de concentração de pessoas, como nos grandes cruzamentos, pontos de ônibus, curvas perigosas, locais de risco não podem deixar tão expostos àqueles mais frágeis. O perigo de queda pelas irregularidades, o estreitamento da calçada ou ausência da mesma, a necessidade de caminhar pela rua para desviar dos obstáculos mostram o desinteresse dos governantes em querer proteger a vida daqueles que deambulam pelas vias. Campanhas são iniciadas e logo findam. Leis são aprovadas, mas não são cumpridas e tão pouco fiscalizadas. O foco da proteção é direcionado para aqueles que estão sobre rodas. Os sem rodas estão suscetíveis às múltiplas agressões de tudo que citamos e ainda submetidos a intenso ruído e caminhar respirando gases vapores, poeiras e fuligens. Interessante é que o motorista, motociclista, ciclista quando estacionam seus veículos e

descem passam a condição de pedestre. Quando estão na direção reclamam e rejeitam o pedestre e quando são pedestres reprovam as atitudes dos que estão sobre rodas. Os focos são divergentes, não há consciência de que todos são frágeis e precisam ser respeitados e protegidos. Será que não estamos tendo a visão global para proteger todos, começando pelos mais frágeis? Precisamos de atitudes para preservar vidas instalando gradis com elevação das guias nos cruzamentos perigosos, onde há concentração de pessoas como nas paradas de ônibus, correção dos pisos, alargamento das calçadas, mais passarelas ou túneis, desobstruir trajetos e tudo mais. Temos observado a crescente chegada aos prontos socorros desses pedestres com lesões graves, gravíssimas quando transitam nas calçadas e nas esquinas dos grandes centros. A desobediência e a falta de conhecimento das regras de trânsito são outros motivos para reprovamos atitudes governamentais que não são tomadas com relação à ausência de educação de trânsito, fiscalização, reformas de calçadas e criação de alternativas para conter as agressões que se vê na via pública.

Dr. Dirceu Rodrigues Alves – diretor de Comunicação e Chefe do Departamento de Medicina de Tráfego Ocupacional da ABRAMET - Associação Brasileira de Medicina de Tráfego / dirceurodrigues@abramet.org.br

**EM CASO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO,
VOCÊ PODE SOLICITAR O SEGURO DPVAT
SOZINHO E GRATUITAMENTE.**

**SEM COMISSÃO • SEM PROCURAÇÃO
RECEBA O VALOR INTEGRAL**



SAC DPVAT: 0800 022 1204 | www.dpvatsegurodotransito.com.br

Fuja do trânsito. E do posto de gasolina também.

Nova CG 125i Fan com injeção eletrônica.
Mais econômica.

CG
125i
FAN



CG 160 Titan



A PARTIR DE
R\$ 126,54**
MENSIS SEM JUROS

Conheça os demais modelos da família CG
em www.honda.com.br/linhacg.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

*Fornecimento de óleo válido a partir da 3ª revisão. Consulte as concessionárias participantes no 0800 701 3432. **Condição referente ao modelo CG 125i Fan, pelo Consórcio Nacional Honda, no Plano Mega Fácil de 80 meses. Taxa de administração de 24%, fundo de reserva de 1,5%, seguro de vida prestamista e quebra de garantia incluso. Condição e preço válidos para todos os Estados, exceto AC, AM, RO e RR, vigentes a partir de 29/1/2016, podendo ser reajustados sem aviso prévio em razão do valor do bem sugerido pela montadora. Para informações adicionais, acesse www.consorcionacionalhonda.com.br. CAC: (11) 2172 7007. SAC: 0800 722 2340. Ouvidoria: 0800 771 5707. Atendimento às pessoas com deficiência auditiva: 0800 722 2341. Imagem ilustrativa.

